

O tratamento dispensado às questões trabalhistas revela tensão permanente entre proteção social e eficiência administrativa. A definição dos critérios para responsabilização subsidiária da Administração Pública e a discussão sobre equiparação remuneratória no serviço público evidenciam como questões aparentemente técnicas carregam implicações distributivas significativas.

Particularmente relevante é a abordagem conferida aos conflitos entre autonomia institucional e controle democrático. As decisões sobre competência dos Tribunais de Contas e autonomia orçamentária do Poder Judiciário ilustram a complexidade do arranjo institucional brasileiro e a necessidade de equilibrar independência funcional com accountability democrático.

Os comentários apresentados pelos diversos autores demonstram rigor técnico e capacidade analítica, situando cada decisão em seu contexto jurisprudencial mais amplo e identificando suas repercussões práticas. A diversidade de perspectivas enriquece o debate e oferece ao leitor múltiplas chaves interpretativas para compreensão dos julgados.

Esta coletânea cumpre função técnica importante ao sistematizar e analisar criticamente a produção jurisprudencial constitucional recente. Contudo, sua contribuição transcende a mera documentação, oferecendo instrumental analítico para compreensão das transformações em curso no direito brasileiro.

A leitura atenta destes artigos permite identificar não apenas as soluções jurídicas adotadas pelo STF, mas também os pressupostos metodológicos e valorativos que orientaram essas escolhas. Cada decisão comentada representa um momento específico de um processo interpretativo mais amplo, no qual diferentes concepções sobre o papel do direito na sociedade se confrontam e se articulam. A análise crítica dessas decisões revela como questões técnicas frequentemente veiculam escolhas políticas fundamentais sobre distribuição de poder e recursos na sociedade brasileira, exigindo do operador jurídico consciência das implicações sociais concretas de cada interpretação constitucional adotada.

Apresentação

Fabio Paulo Reis de Santana¹

É com imensa satisfação que apresentamos à comunidade jurídica esta obra coletiva, fruto do esforço e dedicação de renomados profissionais da advocacia e da academia, integrantes do Grupo de Estudos em Direito Constitucional, Teoria Geral do Direito, Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito da ESA-SP, que se debruçaram sobre os mais relevantes julgados do Supremo Tribunal Federal no ano de 2025. Cada autor e autora aqui reunidos traz consigo um currículo sólido, construído com anos de experiência prática, docência qualificada e intensa produção intelectual, características que conferem a este trabalho a credibilidade e a profundidade necessárias para a análise de temas de tamanha envergadura.

Os estudiosos que assinam os capítulos são advogados, professores e pesquisadores comprometidos com a difusão do conhecimento jurídico e com a formação crítica da advocacia brasileira. A pluralidade de perfis e a riqueza de abordagens garantem ao leitor uma visão abrangente e, ao mesmo tempo, precisa sobre a interpretação constitucional levada a efeito pelo STF. Essa diversidade é um dos maiores méritos da obra, pois traduz a multiplicidade de olhares que compõem a prática forense no Brasil contemporâneo.

Destacar a relevância da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para a advocacia é reafirmar o papel central da Corte na definição de rumos institucionais, na proteção de direitos fundamentais e na concretização da Constituição. O estudo atento dos precedentes do STF não é apenas exercício acadêmico, mas ferramenta indispensável à prática profissional. Na realidade cotidiana dos tribunais, a correta compreensão da jurisprudência constitucional pode ser o diferencial para a efetividade da defesa e para a construção de teses inovadoras.

A advocacia moderna demanda profissionais atualizados e capazes de dialogar criticamente com as decisões da Suprema Corte. É por meio desse constante estudo que o advogado se habilita a atuar com técnica refinada, a prevenir litígios, a formular argumentos consistentes e a contribuir, de maneira efetiva, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Por tudo isso, a Revista não se limita a compilar julgados, mas apresenta reflexões consistentes que estimulam a análise crítica e a prática responsável. Enalteço, portanto, o trabalho dos autores, que souberam traduzir complexas decisões em linguagem acessível, sem perder o rigor científico. Com esta Revista, a ESA-SP reafirma seu compromisso inquebrantável com a educação jurídica de alta qualidade, oferecendo esta valiosa ferramenta como um subsídio indispensável para o aprimoramento contínuo de toda a classe.

Desejo que desfrutem desta leitura!

¹ Coordenador do Núcleo de Direito Constitucional, Teoria Geral do Direito, Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito da ESA-SP